Plenário

ELEIÇÃO

Em seu pronunciamento na Câmara de Vereadores na última segunda-feira (10), o vereador Edson Leucz destacou a reeleição do deputado estadual Neivo Beraldin, o qual ele apoiou.

Leucz disse que a campanha foi muito séria e coerente onde eram esperados cerca de 500 votos. "Foram 446 votos o que corresponde a 90% daquilo que esperávamos. Eu e o deputado que obteve uma excelente votação acreditamos que graças a estes votos recebidos em Campo Largo, ele foi nono eleito do PP, sendo que o partido elegeu 10 parlamentares. Também quero agradecer ao povo de Campo Largo em nome de Neivo Beraldin àqueles que confiam no seu trabalho e o elegeram. Com toda certeza Campo Largo não perdeu espaço na Assembléia Legislativa e sim manteve o seu espaço naquela Casa de Leis", frisou Leucz.

Ao final o vereador criticou a coluna "Alça de Mira" do Jornal "Folha de Campo Largo" da última sexta-feira (7). "Este jornal tentou profetizar a não eleição de Neivo Beraldin. Não sei se devo responsabilizar o seu diretor ou a pessoa que escreve tal coluna que pode ter recebido alguma idéia para escrever aquilo. Porque ao mesmo tempo eles pregavam a não eleição de Neivo e uma minúscula votação que ele teria deste vereador e de seus companheiros", finalizou Leucz.

POSSE

Outro ponto abordado pelo vereador Edson Leucz durante a sessão da Câmara foi com respeito à posse da nova diretoria da AMNP - Associação de Mulheres de Negócios Profissionais de Campo Largo, acontecida na última segunda-feira (10).

"Esta é uma mostra de que as mulheres estão ativamente participando da sociedade. E esta Associação tem um lema bastante atrativo, "Trabalho e Desenvolvimento", que é bem forte para quem quer o desenvolvimento de nosso município", disse Leucz.

O vereador ainda falou que as mulheres, além de ocuparem espaço na indústria, também estão conquistando na política. "Temos a grata satisfação de termos quatro mulheres que disputarão o 2º turno nas eleições para governo de Estados. E acho que alguns destes serão governados por mulheres, é o espaço sendo conquistado por elas, parabéns a todas", concluiu Leucz.

LÍDERES

O vereador Juarez Butture de Oliveira disse durante sessão da Câmara de Vereadores, na segunda-feira (10), que se decepcionou com o resultado da eleição, acontecida em 3 de outubro.

Butture falou que os líderes políticos de Campo Largo são os principais culpados pela não eleição de um candidato de Campo Largo. "O povo acabou não votando nos candidatos locais porque acabou percebendo este ou aquele líder apoiando candidatos de fora. Nós não podemos mais nos omitir porque somos responsáveis pelas próximas eleições e a de fazer uma união sólida para que Campo Largo não precise dar votos para candidatos de fora. Fica aqui minha revolta não com o povo de Campo Largo mas com os líderes políticos de nossa cidade", disse o vereador.

PEDIDOS APROVADOS

Um requerimento do vereador Juarez B. de Oliveira:

- Melhoramento da rede de energia elétrica na Vila de Lurdes no Morro Vermelho.

Um requerimento dos vereadores Darci A. Andreassa e Pedro A. Barausse:

- Que seja providenciada uma lombada na Avenida Bom Jesus, próximo ao Bar Sabino, Bairro Bom Jesus.

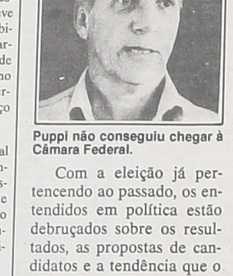
Um requerimento do vereador Darci A. Andreassa:

- Solicita que seja providenciado mais uma sala mortuária junto à Capela Municipal, com uma cozinha e um banheiro, para que possa abrigar dois velórios ao mesmo tempo.

Um requerimento do vereador João Maria Zanlorenzi:

- Envio de ofício à cocel, para que a mesa estude a possibilidade de colocar luminárias na Estrada do Itaqui de Cima, trecho compreendido entre a BR-277 e Ponte do Rio Itaqui.

Hora de reengenhar propostas



Puppi não conseguiu chegar à Câmara Federal.

Com a eleição já pertencendo ao passado, os entendidos em política estão debruçados sobre os resultados, as propostas de candidatos e a tendência que o eleitor mostrou nas urnas.

De qualquer ângulo que a análise seja feita fica claro que obteve sucesso quem mudou as práticas eleitorais.

Aqui no Paraná temos o grande exemplo do ex-prefeito Jaime Lerner que reengenhou a busca de votos e conseguiu o sucesso.

O mérito de Jaime Lerner foi o de apontar um Estado mais moderno onde a população tenha acesso mais facilitado à educação e à saúde. Completando sua postura de candidato, o ex-prefeito de Curitiba ofertou segurança para que a sociedade possa se desenvolver economicamente. Em resumo, o governo atende setores básicos e as forças produtivas se organizam para o desenvolvimento geral do Estado.

Ao reengenhar a postura de candidato, o novo governador atendeu de um lado as necessidades de seu partido que como toda agremiação política tem por fim chegar ao poder, e se comprometeu com as verdadeiras aspirações populares.

Uma análise simples e objetiva que leva meditação para as comunidades que sairam órfãs da eleição sem representantes diretos junto aos poderes legislativos, federal ou estadual.

Campo Largo é uma destas comunidades.

Tivemos candidatos que colocaram seus nomes para representar o município ancorando suas candidaturas em sólidos argumentos como o fato de que são políticos com origem e projeção dentro da comunidade.

Mas não foram eleitos.

Campo Largo continuará representada na Assembléia Legislativa por políticos com tradição de trabalho como o estadual Neivo Beraldin o novato federal Maurício Requião que demonstrou gostar do trabalho ao presidir a Fundepar.

Certamente Neivo, Maurício e outros como Max Rosenmann continuarão a trabalhar com intensidade.

Mas a segurança que eles possam representar não substitui a frustração que Affonso Portugal Guimarães, Achilles Munaretto e Newton Puppi deixaram para Campo Largo.

Foram eles que hastearam a bandeira da necessidade do município ter seus próprios representantes e agora amargam a derrota do próprio sonho.

Dos três, Affonso e Puppi reúnem a maior experiência política. O que infelizmente não foi suficiente para a vitória.

Votos contados, chegou o momento da reflexão.

A primeira é porque ninguém mais consegue a legítima e natural posição que o saudoso Carlos Zanlorenzi ocupou.

Nos palanques da última campanha as palavras foram as mesmas de eleições passadas, quando o tema era representatividade de Campo Largo nas esferas estadual e federal.

Se o resultado foi negativo algo deve estar errado na postura dos políticos locais, precisando de uma urgente reengenharia.

É como trocar o datilógrafo e o texto sair errado novamente. Devemos tentar o datilógrafo ou verificar se o problema não é da máquina?

Se não conseguiram chegar ao poder, nem Newton Puppi, nem Affonso Portugal Guimarães podem atribuir ao desconhecimento do caminho que trafegaram.

Precisam no momento avaliar onde erraram com a consciência de que a colheita política de hoje é resultado do plantio no passado.

Voltando a questão Jaime Lerner, ficou mais que claro, na sua proposta para enfrentar o competente Álvaro Dias, que é preciso mudar a mentalidade como forma de alavancar o desenvolvimeto.

O ex-prefeito curitibano foi sábio ao se posicionar pelas mudanças de paradigmas que estavam inscrustrados na administração pública para propor ao eleitor mudanças de cultura que fazem caminhar os processos arcaicos da administração pública.

Ao que se tem notícias, os caciques da política de Campo Largo subiram nos palanques para falar da necessidade de verbas, das realizações recentes e mais remotas que fizeram, sem que em nenhum momento respeitassem a população que não quer mais o clientelismo. Quer condições para o desenvolvimento.

Na dor da derrota o voto distrital passou a ser cogitado como forma de evitar que candidatos "páraquedistas" apareçam.

Em uma sociedade desenvolvida politicamente o voto distrital é mais do que necessário, por obrigar identificações do candidato com a região que pretende representar.

Mas no caso de Campo Largo, fica uma pergunta no ar: tem os candidatos da terra total identificação com os anseios populares ou procuram o poder para se abrigarem do ostracismo político e empregarem seus asseclas?

Se a resposta for positiva não tem voto distrital que garanta a eleição!

Affonso deve repensar o futuro político.

É preciso mudar a postura política e transformar a grande empresa pública que é a Prefeitura numa alavancagem fundamental para a busca da qualidade e da produtividade nos serviços básicos de saúde, educação e segurança. O resto do desenvolvimento é conseqüência.

As urnas deram mais um sinal do que a população de Campo Largo quer de seus políticos. Se houve derrota é porque o caminho trilhado não foi o melhor.

Diz o ditado popular que reconhecer o erro é divino. Persistir no erro é diabólico.

Aos derrotados oferece a vida pública a oportunidade de optar entre o céu e o inferno.

Para chegar ao céu os políticos devem passar pelo purgatório da fria e realista análise do seu desempenho eleitoral em relação as obras do passado, das ciladas que apoiaram ou das quais receberam apoio e assim por diante. Com todos os tin-tins passados a limpo, é hora de enfrentar cara a cara os eleitores.

Não tem outro caminho digno a não ser enfrentar a realidade.

Eles precisam afinar atitudes de candidato com a necessidades da comunidade para que, o quanto antes, todos possam ter os representantes de direito e de fato.

A realidade política que o Paraná viverá na era Jaime Lerner, casada com a época de Fernando Henrique Cardoso, será outra e para quem não quer perder o bonde da história o único caminho é reformular atitudes, reengenhando propostas que serão o caminho para o sucesso.

SEARO - Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.

Venda de Rações, Farelos, Adubos e Concentrados

Situado na Rua Xavier da Silva, nº 1096

FONE 292-4265

Súmula de Pedido de Licença Prévia

KNZ - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. - KNZ, torna público que requereu ao IAP, Licença Prévia para estudos de instalação da Indústria a ser implantada na Rua Leonardo Novacki, s/nº, bairro Sede, município de Porto Amazonas, Estado do Paraná.

AÇOUGUE NEGRELLO

OFERTAS

Lombo	R$ 2,00
Paleta	R$ 2,20
Coxa de frango	R$ 2,10
Toucinho	R$ 1,00

Ofertas válidas até 15/10

ACEITAMOS TODOS OS TIPOS DE TICKETS.

Rua Domingos Cordeiro, 1223
Campo Largo-PR
Fone: (041) 292-4014

LAJESMAR

ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Lajes pré-moldadas - Palanques
Postes - Meios-fios - Calçadas
Tanques - Fossas

Rua Matias Vieira Alvarenga, nº 87 - Fone: (041) 292-4488
83650-000 - Balsa Nova - Paraná

PR - OUTRA CIDADE VAI - 50%

AJUDE BALSA NOVA A CRESCER

Trazendo 50% da arrecadação do IPVA para onde você mora a sinalização e segurança no trânsito serão viabilizados.
PARTICIPE, EMPLACANDO O SEU VEÍCULO EM BALSA NOVA

PR - BALSA NOVA VEM - 50%

Procure o Posto do Detran junto a Prefeitura Municipal

Os prós e contras do voto distrital

Visto como a "Constituinte dos Municípios"; o Voto Distrital gerou muitas polêmicas nos últimos tempos, envolvendo discussões em torno de sistemas partidários, voto majoritário, descentralização da representação, autenticidade e também sobre a corrupção eleitoral.

Logo após a eleição do início do mês, o tema voltou a merecer destaque e muitos políticos iniciaram campanha para que o Voto Distrital seja adotado na próxima eleição de deputado estadual e federal.

Por definição, o Distrital é um sistema eleitoral em que o distrito é uma unidade eleitoral que participa na formação dos corpos legislativos como representantes próprios. E o grande exemplo é a Alemanha Ocidental, onde o sistema exerce grande influência na eleição de políticos para diferentes níveis de representação.

Aqui no Brasil, o Distrital recebe muitas críticas e a principal delas é de que proporciona um retorno aos velhos padrões do coronelismo. Mesmo assim, já foram feitos projetos para sua adoção e recentemente foi tema nacional, ao lado da reforma partidária e da prorrogação de mandatos.

E entre os prós e os contras, as palavras de Barbosa Lima, ditas na distante sessão da Câmara Federal do dia 18 de agosto de 1903, são seguidamente lembradas:

"Um homem estimável que se presta a fraudar uma ata eleitoral, falando assinaturas e mentindo aos seus concidadões com o voto de defuntos e ausentes, continua a ser, aos olhos de todo um homem de bem, não decai no conceito geral; se, porém, forjica documentos outros que não papéis eleitorais, é um estelionatário e um desonesto. A moral deixa de ser séria e indivisível, e a política vai passando a ofício de velhacos desabusados".

CLIENTELA POLÍTICA

Os estudiosos do Voto Distrital apontam origens remotas para explicar sua presença na história brasileira e chegam a lembrar a dinastia portuguesa de Borgonha, cujos representantes exerceram em Portugal uma monarquia agrária e patrimonialista. Este fato aliado à expansão marítima, resultou no despovoamento dos campos portugueses, onde a agricultura praticamente desapareceu, passando o comércio a ser o único setor dinâmico da economia. De modo que, quando se iniciou a colonização do Brasil, a intermediação e a produção estavam a cargo apenas do setor comercial. Neste contexto mais o imenso território brasileiro em relação a Portugal e a distância da metrópole obrigam a descentralização política e administrativa, sendo as capitanias hereditárias o primeiro passo neste sentido.

Para não perder a vasta colônia em proveito de outras potências, poder central da época afrouxou seus tentáculos e passou a delegar funções, bem como incentivar e a comandar a iniciativa particular. Tal situação fez com que um século após o descobrimento, emergisse uma nova classe dos proprietários territoriais originalmente eram membros do Estado burocrático, militares destacados para colônias ou banderiantes que perderam o contato com as autoridades e ganharam vida própria para organizarem clientelas (futuros eleitores). Ao mesmo tempo surgiram diferenças entre os habitantes do Litoral que era povoado por elementos ligados a Portugal, e os "interioranos", que passaram a ter maior poder econômico.

Este panorama ficou inalterado até o século XVII, quando a guerra contra os holandeses, o descobrimento de metais preciosos "nas Minas Geraes" e o avanço do pastoreio no Sul alteraram o relacionamento entre interior e Litoral com os primeiros "coronéis" aumentando suas influências e riquezas. Com a transmigração da corte portuguesa para o Brasil em 1808, os senhores territoriais prosperam muito e agora se dirigiam para as grandes cidades da época, onde construíram sobrados para exibir opulência. Estavam desta maneira definitivamente enraizados na vida política brasileira, introduzindo seus costumes que revelaram, como um passar do tempo, ser um eficaz mecanismo de controle e manipulação eleitoral. De lá para cá, o coronel desempenha três posições distintas: o contexto político brasileiro: inimigo do poder político, vencido pelo poder político, aliado do poder político.

Findo o Império, os proprietários rurais, que sempre foram donos do principal meio de produção, tornaram-se a única classe dominante. Foi-lhes dado o nome genérico de "coronéis", desde que, conciliando certo desejo de mobilidade social com reclamos de liquidez do Tesouro Nacional, passaram a comprar patentes honoríficas da Guarda Nacional. A patente de coronel não era a única à venda, mas era a preferida por ser o posto mais alevado. No sentido político, coronel entende-se o proprietário rural cujo espaço de dominação direta e de vivência constante é apenas o município ou não mais que isto.

De acordo com as disposições legais, o sistema eleitoral distrital foi adotado na República, sem interrupções no período que vai de 1892 (quando se promulgou a Lei nº 35, primeira lei republicana a consagrar os distritos eleitorais) até 1930. Estas informações estão contidas na publicação "O Voto Distrital no Brasil", da Fundação Getúlio Vargas, editada em 1975.

CÓPIA EUROPÉIA

A idéia do voto distrital esteve sempre em pauta entre os legisladores e os estudiosos do nosso sistema representativo, segundo o que diz a página 318 do livro já citado. Esta obra reúne farto material de pesquisa realizada por diversos entendidos no assunto. O trabalho cita cinco principais iniciativas objetivando a adoção da medida nos termos atuais no Brasil. A primeira foi do então ministro da Justiça, Edgard Costa, que formulou um anteprojeto em 1958, onde defendia o Distrital para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa. A divisão dos distritos seria feita pelos Tribunais Regionais Eleitorais e o número seria igual ao dos representantes a serem eleitos. O critério para divisão dos distritos obedeceria a continuidade territorial, tendo por base a mesma população eleitoral, e, em cada um deles, o registro de um candidato seria feito mediante escolha em convenção. No anteprojeto do ministro a cédula oficial devia conter a designação dos partidos concorrentes e suas legendas, na ordem do respectivo registro, com retângulo para assinalação do voto preferencial do leitor. A soma dos votos obtidos pelos partidos em toda a circunscrição ou Estado apontaria os eleitos que seriam tantos quantos o quociente partidário, na ordem de votação obtida por cada um nos vários distritos. O quociente seria determinado pelo número de candidatos nos Estados. Seriam representantes os mais votados nos vários distritos.

VONTADE DO ELEITOR

Dois anos depois, o falecido senador Milton Campos, apresentou projeto semelhante. A iniciativa previa que o Distrital podia ser adotado onde haja mais de três mil eleitores para cada vereador a ser eleito e permitia a inscrição de um mesmo candidato até em três distritos diferentes, sempre pelo mesmo partido. Os outros artigos do projeto regulamentavam a apuração dos votos e esclareciam problemas burocráticos.

Em 1963, quando havia mais de uma dezena de partidos legalmente registrados no país, o deputado federal Óscar Dias Corrêa apresentou o terceiro projeto. Diferenciava dos dois anteriores por sugerir o sistema misto com representantes por distritos e candidatos gerais, tanto para o Legislativo Estadual como Federal. O projeto dizia que o número de distritos seria igual ao de deputados federais a serem eleitos, menos as cadeiras destinadas à votação geral. Haveriam os subdistritos que seriam em número igual ao de deputados estaduais a serem eleitos menos as cadeiras destinadas a votação geral.

Passado um ano, o então deputado Franco Montoro, hoje novamente parlamentar, também superiu o Distrital misto para os três níveis do Poder Legislativo. Para as Câmaras Municipais o sistema só seria adotado em municípios com mais de 500 mil habitantes. O número de distritos para as duas Câmaras seria a metade dos lugares aprenchecer e para as Assembléias igual ao dobro dos distritos para a eleição federal.

O último projeto que o livro da FGV organiza é de 1969, elaborado pelo deputado Gustavo Capanema apresentando ideias semelhantes as anteriores.

Todos estes projetos são semelhantes ao sistema adotado na Alemanha, segundo o qual a representação de cada Estado da Federação é dividida com metade eleita da totalidade dos eleitores da área estadual e a outra pelos distritos eleitorais. Esta tese é definida atualmente por muitos políticos.

A preocupação da proporcionalidade na representação foi o que motivou os autores dos projetos a uma solução que envolve em um mesmo sistema eleitoral todos os distritos e com a aplicação do sistema proporcional dividir as cadeiras pelos distritos, na medida dos votos obtidos por cada candidato.

Para o ex-diretor de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, Temístocles Cavalcanti, a orientação foi a "dividir em tantos distritos quando deputados a serem eleitos pelos distritos, ou em outras palavras, à metade da representação da unidade na Câmara". Segundo ainda Temístocles, a solução dos deputados tem a vantagem de "respeitar a proporção na representação partidária, mas o objetivo máximo do voto distrital seria rebatido na medida em que ele deve exprimir a vontade do eleitorado de cada distrito, considerada como unidade eleitoral". O pesquisador afirma também que o "processo assentado tira ao voto distrital a sua essência que é a unidade política, para estabelecer laços eleitorais com outros distritos que exprimem outros interesses".

ESPADA DE DAMOCLES

O sistema eleitoral da República Federal da Alemanha, onde a participação dos eleitores chega a 90%, tem sido o mais apontado pelos políticos brasileiros da atualidade, como exemplo de Voto Distrital perfeito. Lá, a formação da segunda Câmara, isto é, do sistema estatal federativo, o Conselho Federal, composto pelos representantes dos governos estaduais, é decidida nas diversas eleições para os parlamentos dos onze Estados federados, em turnos de quatro anos, em datas diferentes. As eleições estaduais por sua vez, da RFA também motivam manifestações dos eleitores, mas tem maior empenho dos partidos por representarem a futura escolha do chefe de governo da República.

A eleição dos 496 deputados federais é feita de acordo com a Constituição por voto universal, direto e livre, igual e secreto. O processo não é simples, pois o sistema eleitoral prevê uma combinação dos princípios majoritários e proporcional. Todo eleitor qualificado tem a possibilidade de dois votos. Com o primeiro voto, elege a metade do Parlamento Federal segundo um sistema majoritário. Para tais fins, o território é dividido em 248 circunscrições eleitorais, nas quais os partidos apresentam os candidatos individualmente. O primeiro voto dado a um candidato derrotado é considerado como perdido. Por isso, os segundos votos são quase mais importantes, porque são somados em favor da legenda dos candidatos, que o partido apresenta a nível de Estado Federado nas chamadas listas partidárias estaduais.

Existe a possibilidade de que um partido não consiga um mandato em todo território federal pelo voto direto, sendo os seus deputados recrutados todos nas listas estaduais pela via do segundo voto.

Ao lado dos parlamentares eleitos pela via direta, mediante primeiro voto, os 248 candidatos de listas estaduais que tenham alcançado sucesso, formarão os 496 deputados federais com pleno direito de voto (acrescentam-se 22 deputados escolhidos pela Assembléia Estadual de Berlim, indiretamente, portanto, cujo direito de voto é restrito).

Uma característica permanentemente discutida do Direito Eleitoral da RFA, é a chamada cláusula dos 5%, que prevê não ter um partido acesso a um mandato, quando não tenha alcançado 5% dos votos, ou pelo menos três mandatos diretos. Os votos dados a tal partido são completamente considerados nos cálculos, fortalecendo ainda mais os grandes partidos na distribuição do bolo de mandatos não conquistados pelos chamados pequenos. A cláusula dos 5% constitui uma espada de Damócles para a existência parlamentar dos pequenos partidos políticos e um produto da experiência democrática alemã: pequenos grupos e grupinhos partidários de dissidentes (0,2% dos votos são suficientes para um mandato), não devem pôr em perigo a capacidade de funcionamento do trabalho parlamentar, nem colocar em questão a constituição de um governo, capaz de agir e que se apóia numa suficiente maioria de deputados.

Uma questão difícil de ser respondida é até que ponto a cláusula dos 5% contribui para uma concentração partidária da RFA. A realidade é que dos 12 pequenos partidos alemães nas últimas eleições, apareceram somente cinco deles na computação final dos votos.

Neste panorama todo, por mais importante que seja a eleição, as características por personalidades deixam de existir, pois o eleitor orienta-se pelos partidos, por suas concepções políticas e seus candidatos de cúpula. O nome do candidato da circunscrição eleitoral é, em geral, menos importante.

CAMPANHAS BARATAS

Uma organização partidária mais sólida é o principal argumento dos defensores do Voto Distrital. Afirma eles que a adoção deste sistema propiciará uma clara definição de uma minoria e de uma maioria reais, representadas pelas forças regionais. Este pensamento garantiria que o partido majoritário tenha a força indispensável à realização de seu programa.

Se corretas estas afirmações próbistrital, elas se concretizariam melhor com o ambiente político que antecedeu a reforma partidária, quando as regras do jogo político giravam em torno do bipartidarismo. Os demais argumentos são vídidos para o pluripartidarismo e garantem que haveria uma sistemática global, com sua adoção, atendendo-se os programas partidários esparsos e empíricos. Dizem que os aventureiros e os pára-quedistas políticos seriam eliminados, bem como os representantes de grupos ou classes. Opções mais claras para o eleitorado é outro benefício apontado no distrital, que também teria a capacidade de apontar candidatos e nomes conhecidos, fazer a arregimentação eleitoral e partidária mais simples, evitando a disputar entre candidatos do mesmo partido. Outros poderes atribuídos ao sistema são o aumento da colaboração entre correligionários, maior força e responsabilidade dos diretórios e na seleção de candidatos, fortalecimento das comunidades de base e a simplificação e o barateamento das campanhas. A lista de características positivas continua dizendo que o Distrital promove a mais frequente presença física do candidato junto a seus eleitores, reduz a influência do poder econômico, dificulta a fraude eleitoral, reduz as oligarquias, promove uma maior fiscalização da oposição e do eleitorado e fica assegurada a representação de todas as regiões do Estado. Outro argumento usado em favor da adoção do voto distrital é que ele proporcionará o surgimento de novas lideranças e o fortalecimento das antigas, desde que estas façam um bom trabalho em favor da região que representarem.

VOLTA A VELHA REPÚBLICA

Se os argumentos favoráveis ao Voto Distrital são muitos, as desvantagens apontadas por aqueles que são contra a adoção do sistema também são representativas. A principal delas é que desta forma os eleitores estariam sujeitos aos caprichos dos comandos partidários.

Os opositores do Distrital defendem a tese de que estaria impedida a participação das minorias na vida política e seria aberto o caminho para a existência de um só partido e até mesmo o desaparecimento de agremiações políticas em alguns Estados.

Outra desvantagem apontada seria a exagerada preocupação com questões regionais, que estariam desprovidas de uma visão global e conhecimentos dos grandes problemas políticos. O exemplo encontrado por aqueles que são contra o sistema é a redução da representatividade dos parlamentares a termos regionais em detrimento do desenvolvimento com a transferência de poder das zonas urbanas e industriais para as agrícolas e rurais, sem perspectivas nacionais. O aumento da rivalidade na disputa eleitoral é apontado como outro inconveniente que traria a consequente deturpação da vontade eleitoral, facilitada pelo fato da fonte do sufrágio ser menor e de mais fácil controle.

O agravamento da corrupção eleitoral, a manutenção do coronelismo e as oligarquias como o clientelismo políticos, também são vistos como fatores que proibem a adoção do Distrital que ainda traria a imposição de nomes nas convenções partidárias, dificultaria a formação de novos líderes, desvirtuaria o princípio da representação proporcional a baixaria de nível dos representantes regionais. E, como último argumento, os antidistrital afirmam que a área de representação passar a ser dos grandes proprietários e dos prefeitos, que seriam os naturais candidatos, haveria uma volta aos padrões políticos da Velha República.

Autocecília

CONCESSIONÁRIA VOLKSWAGEN

INFORMA: ABERTURA DE NOVOS GRUPOS

CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN
O ÚNICO QUE TEM A GARANTIA DE ENTREGA DO FABRICANTE
ADQUIRA O SEU AUTOMÓVEL "0" KM SEM JUROS
APROVEITE ESTA OPORTUNIDADE.
ESCOLHA O MODELO E O PLANO

VEÍCULOS A GASOLINA		CRÉDITO	50 MESES	25 MESES	VEÍCULOS A GASOLINA		CRÉDITO	50 MESES	25 MESES
Gol 1000	- 3120	7.243,00	170,92	336,06	Santana GL 2.0	- 5640	23.339,73	550,77	1.082,92
Gol CL 1.6	-3130	11.323,30	267,21	525,38	Quantum GL 2.0	- 7140	24.647,31	581,63	1.143,59
Gol GL 1.8	- 3200	14.401,80	339,85	668,21	Kombi ST	- 2325	9.756,00	230,22	452,66
Fusca	- 2000	7.243,00	170,92	336,06	Saveiro CL 1.6	- 3801	10.507,97	247,97	487,55
Parati CL 1.6	- 4540	13.606,61	321,09	631,32	Pointer CL 1.8	- 9306	17.998,61	421,01	827,77
Logus CL 1.8	- 9026	18.271,78	431,18	847,77	Pointer GL 1.8	- 9408	19.753,91	457,97	900,46
Logus GL 1.8	- 9125	19.012,28	448,65	882,13	Pointer GL 2.0	- 9405	22.183,09	514,29	1.011,19
Logus GLS 2.0	- 9223	25.399,50	599,38	1.178,49	Pointer GTI 2.0	- 9508	28.777,83	667,19	1.311,81

No momento da contemplação você poderá optar por outro modelo e ter a garantia da entrega do veículo
INSCRIÇÕES NA AUTOCECÍLIA
Rodovia do Café, Km 23, nº 2.722 - FONE (041) 292-1134 - Campo Largo/PR

ACERVO HISTÓRICO